

# Trámites e conselhos para a galeguização (reintegrada) de nomes e apelidos

**1. CASO SIMPLES: o nome galeguizado na sua versom reintegrada ou galego-portuguesa coincide com a versom oficial ou galego-espanhola.**

## **O procedimento:**

Na actualidade podem-se passar o nome e os apelidos à forma galega. Isto é o previsto na lei que entrou em vigor no ano 2000.

### **a) O que é que precisamos?**

**Apenas de um requerimento (“instância” na linguagem administrativa espanhola) (com certificação de a proposta ser forma correcta galega,** isto é mui conveniente) dirigida ao **Registo Civil** onde um/ha tem a sua inscrição de nascimento. A resolução e modificação produzem-se em 24 horas. No dia seguinte, um/ha poderia já pedir um certificado de nascimento com a correção feita e proceder a fazer a correção nos distintos documentos legais. Se houver filhos/as menores de idade, deve ir-se ao registo onde os/as nossos/as filhos/as figurarem, fazendo-se igualmente a correção (e em todos os papéis e registos, incluída a certificação ou certidom de casamento).

### **b) Problema que se apresenta neste procedimento**

**Cumpra esclarecer que a nova forma proposta para o nosso nome é legítima galega,** e nisso influi decisivamente a interpretação que o funcionário ou responsável de turno no registo fizer. v.g, podes pedir a substituição dum Martínez para um Martins e, num lugar, ser feito sem problemas e, em outro, entender que nom, o que pode ser toda uma fonte de problemas.

### **c) Como defrontar o problema?**

Sabermos com antecedência quem vai decidir, e convencer essa pessoa, sem medo a incomodarmos. Acompanhando certificações inapeláveis de autoridade lingüística, dando-nos a razão muitas vezes, pode-se chegar a resolver o problema. Nos julgados do Civil costumam ter algum livro do ILG na matéria, mas podem encontrar-se muitas surpresas, o grau de liberdade do funcionário ou funcionária pública é mais importante do que pudesdes imaginar.

**2. CASOS COMPLEXOS: o nome galeguizado na sua versom reintegrada ou galego-portuguesa nom coincide com a oficial ou galego-espanhola, podendo até incluir símbolos impróprios da língua espanhola! (NH, LH, Ç, ^...)**

**a) Observaçõs iniciais**

É também possível fazer a mudança neste caso. Tenhamos em conta que agora os nomes em ortografias de outras línguas som também admissíveis no Registo Civil.

Este procedimento é mais lento e incómodo. Quem for segui-lo deve **começar por ir juntando documentação que ateste o facto de ser conhecido/a socialmente com a forma do seu nome para a qual quer mudar**. Para tal fim servem: correspondência privada e pública; correspondência comercial, documentação diversa, citaçõs em revistas, bilhetes de identidade de diversas associaçõs, comunicaçõs de organismos oficiais que utilizárom o nosso nome correctamente. A documentação será melhor quanto mais espalhada no tempo e quanto mais volumosa for.

Nom será inútil contarmos com uma **certificação dumha autoridade académica que valorize positivamente a proposta de substituiçom**, asseverando que simplesmente se trata dumha adaptaçom.... etc

**b) Onde se inicia o expediente da substituiçom?**

Neste caso, já nom é no Registo Civil onde está anotado o nascimento, mas no da morada habitual (aqui é conveniente fazer antes uma pesquisa subtil e saber “como respiram” na localidade onde se mora, perante este tipo de mudanças. Os funcionários e funcionárias públicas habilmente perguntados som uma fonte de informação maravilhosa. Se perceberes que na tua localidade de morada é difícil, inteira-te onde a cousa pode correr melhor; isto varia muito de lugar para lugar. As pessoas som todas diferentes, e poderás recensear-te ali, já que o outro documento que cumpre apresentar é a certificação municipal do padrom, de seres morador nessa vila ou cidade.

**c) O procedimento**

Devemos enviar um **requerimento ao Julgado do Civil da nossa localidade de residência**, em que assinalemos: que somos conhecidos socialmente polo novo apelido ou nome, o que nom corresponde com a forma em que figuramos nos **documentos**, o que é um inconveniente tendo em conta que ao Estado e à sociedade interessa ter-nos bem identificados, pois que a nossa identidade legal é socialmente desconhecida (valorizam-se muito comunicaçõs bancárias. Às vezes, é simplesmente mao esquerda para a na nossa entidade fazer algumas comunicaçõs correctas, ainda que nom nos modifiquem na base de dados). A esse conjunto de documentos que juntamos, acrescentaremos o **certificado de auctoritas lingüística** e adicionamos o **certificado do padrom**.

A partir de aqui, o Julgado vai chamar-nos um dia para fazer um auto, e nesse dia deveremos apresentar-nos com duas pessoas maiores de idade (nom serve a mulher/marido ou familiar próximo), que serám as nossas **testemunhas que irám declarar que desde nos conhecem polo nome para que queremos mudar**. Devem ser pessoas legalmente capazes, maiores de idade e nom condenadas nem inabilitadas. Se, graças à nossa atitude diplomática, já conseguimos no nosso trabalho prévio de análise do terreno que o funcionário/a seja um pouco colaborador/a nosso/a (nos julgados também se encontram reintegracionistas, e às vezes temhem-se surpresas), o dia que apresentamos o requerimento, vamos com as testemunhas e fazemos todos os trâmites dumha vez, porque de ser seguido à risca o regulamento, decorrem facilmente seis meses entre a iniciaçom do procedimento e o dia em que nos chamam para que vaiamos com as testemunhas.

**O Julgado, umha vez preparado o expediente com todo, o auto das declaraçons e documentaçons, passa o nosso caso ao juiz ou juíza que corresponder, que elabora um relatório favorável ou desfavorável** e, depois, o expediente é elevado (polo Julgado) à Direcção Nacional do Notariado (chama-se assim) do Ministério da Justiça, para que, por delegação do ministro, adopte o conforme com a mudança (quer dizer, autorize as inscrições) e proceda a comunicá-la ao Julgado que iniciou o expediente e ao interessado ou à interessada. **Se o relatório do juiz for favorável, em Madrid vam dar o sim**, se for desfavorável, teríamos de ter um monte de documentação para que em Madrid dessem o sim. A comunicação de Madrid abriria a via de reclamação judicial contra ela, via lenta e cara. Nesse caso, o melhor é informarmo-nos onde podem correr melhor as cousas e tentar novamente, mas cumpre ter em conta que, se a documentação for clara e se prolongar no tempo, é muito difícil que um ser medianamente racional elabore um relatório desfavorável.

**Quando tivermos conseguido a comunicação de Madrid com a mudança, voltamos ao Julgado para que mandem aos registos** civis onde estejam as inscrições de nascimento, casamento, as dos nossos filhos/as... e em todas as que proceder, **efectivar a mudança**. Depois, deveremos dirigir-nos ao Registo Civil onde estamos inscritos e pedir um certificado de nascimento, já corrigido, e procederemos a fazer a mudança nos documentos, como se assinalava na opção 1.



[www.egal-gz.org/gentalha](http://www.egal-gz.org/gentalha)  
**a gentalha do pichel**  
santacalara21